



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA
DO ESTADO DO CEARÁ
4º TRIMESTRE/2008**

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira - COTEF

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA

Fortaleza, dezembro de 2008

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira - COTEF

Silvana Parente
Secretária

Desirée Mota
Secretária-Adjunta

Mário Fracalossi Júnior
Coordenador

Elaboração:
Mário Fracalossi Júnior
Regis de Albuquerque Silva
Thaís Amaral Lucena

Colaboração:
Ruimar Francelino de Souza
Julian Marlus

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima - Ed. SEPLAN - 2º andar
Cambeba - CEP: 60.830-120 – Fortaleza-CE
www.seplag.ce.gov.br
Fone: (85) 3101.4526/4492/3848
Fax: (85) 3101.4514
E-mail: cotef@seplag.ce.gov.br

ÍNDICE

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE	1
APRESENTAÇÃO	3
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7
1.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATIVAS.....	7
1.2. DESEMBOLSOS REALIZADOS.....	11
1.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12
1.4. NOVAS OPERAÇÕES.....	15
1.4.1. DISCRIMINAÇÃO E SITUAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR.....	18
1.5. ORÇAMENTO 2009.....	28
1.6. MISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	29
CONVÊNIOS DE RECEITAS	30
2.1. O SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - SICONV	30
2.2. O GOVERNO DO CEARÁ NO SICONV	32
2.3. O MONITORAMENTO DOS CONVÊNIOS DE RECEITA NO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SACC.....	33
COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA	37
3.1 GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - GEF (PROJETO MATA BRANCA)	37
3.2. JAPAN POLICY AND HUMAN RESOURCES DEVELOPMENT FUND - PHRD.....	38
3.3. FUNDO FIDUCIÁRIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PORTUGUESA E FONDO GENERAL DE COOPERACIÓN DE ESPAÑA	38
3.4. JAPAN SPECIAL FUND - JSF	39
3.5. INFRASTRUCTURE FUND – INFRAFUND	40
3.6. JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY - JICA.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
ANEXO 1. DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATIVAS	44
ANEXO 2. GESTORES DO ESTADO RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS FINANCIADOS	48
SIGLAS	49

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação das IFs nos desembolsos futuros das operações ativas (R\$ 1.000) ...	10
Gráfico 2 - Participação dos órgãos nos desembolsos futuros das operações ativas.....	10
Gráfico 3 – Recursos Desembolsados por Órgão - jan a dez/2008 (%).....	11
Gráfico 4 – Recursos Desembolsados por IF - jan a dez/2008 (%).....	11
Gráfico 5 – Participação das IFs nas novas operações (em R\$).....	16
Gráfico 6 – Perfil geral: situação da proposta x valor do concedente (em R\$).....	32
Gráfico 7 – Propostas em análise – Valor por Interviente/Executor (R\$).....	33
Gráfico 8 – Propostas em análise – Valor por Interviente/Executor (R\$).....	33
Gráfico 9 – Recursos Oriundos dos Convênios de Receita – por Concedente (%).....	34

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Operações de Crédito Ativas	8
Tabela 2 – Contratos Pró-Moradia	9
Tabela 3 – Contratos Pró-Saneamento	10
Tabela 4 – Recursos Desembolsados por Projeto - jan a dez/2008 (R\$ mil)	11
Tabela 5 – Execução Orçamentária das Operações de Crédito.....	13
Tabela 6 – Operações de Crédito a Contratar.....	15
Tabela 7 - Operações de Crédito a contratar – Status.....	17
Tabela 8 - SWAP II – Programas de Despesas Elegíveis.....	26
Tabela 9 - Previsão Orçamentária 2009	28
Tabela 10 – Posição dos Convênios de Receita do Governo do Estado do Ceará	34
Tabela 11 – Convênios de Receitas Vigentes: Concedentes	35
Tabela 12 – Convênios de Receitas Vigentes: Convenientes.....	36

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – O novo sistema de Gestão de Convênios - SICONV.....	31
--	----

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1. Descrição das Operações de Crédito Ativas	44
Anexo 2. Gestores do Estado responsáveis pelos Projetos Financiados	48

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório é uma publicação trimestral elaborada pela Coordenadoria de Cooperação Técnico-financeira - COTEF da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG e apresenta as principais informações acerca da captação de recursos realizada pelo Estado do Ceará.

Sua abordagem recai sobre a carteira de financiamentos, detalhando sua composição, desembolsos, execução e projeção; bem como sobre os convênios que representam receitas oriundas de transferências voluntárias para o Estado e, também, os Acordos de Cooperação Técnica com entidades nacionais, agências e organismos internacionais.

A carteira ativa do Estado do Ceará é representada neste relatório pelos financiamentos em fase de desembolsos. Os contratos firmados por entidade administração indireta, sem a interveniência ou garantia do Estado, não são abordados neste relatório.

Atualmente, encontram-se em preparação dezoito novas operações a serem financiadas por instituições financeiras, das quais dez serão apoiadas por Bancos internacionais, totalizando US\$ 1,0 bilhão e oito por instituições financeiras nacionais, totalizando R\$ 751,9 milhões. Dez desses projetos já foram submetidos à apreciação e aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

O acompanhamento do processo de contratação das operações de crédito está disponível para consulta pelos órgãos responsáveis na Internet, cujo acesso pode ser realizado com senha a ser fornecida pela SEPLAG, mediante solicitação dirigida ao endereço eletrônico cotef@seplag.ce.gov.br.

Com relação aos convênios de receita, estão cadastrados e validados no SACC 145 convênios em execução, que totalizam R\$ 3,3 bilhões. O saldo a desembolsar pelo Governo Federal para esses convênios representa cerca de R\$ 3,2 bilhões.

A cooperação técnico-financeira com o Estado do Ceará registra atualmente três projetos em negociação, voltados para o apoio ao Programa de Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Cidades do Ceará II, ao Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES II e ao Programa Rodoviário do Estado do Ceará – CEARÁ III, além de outros dois em fase execução: i - Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga (Projeto Mata Branca), que conta com a doação de US\$ 10 milhões do *Global Environment Facility* – GEF; ii- Preparação do Programa Cidades do Ceará I, de US\$ 850 milhões do PHRD/BIRD.

O presente relatório se encontra disponível para consulta no site da Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará – SEPLAG (www.seplag.ce.gov.br).

Mário Fracalossi Júnior
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira
Coordenador

1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são importante fonte de financiamento dos investimentos no Estado do Ceará. Dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre/2008 indicam uma Dívida Consolidada (DC) de R\$ 3,8 bilhões e uma Dívida Consolidada Líquida de R\$1,9 bilhões, o que representa 48,4% e 23,8%, respectivamente, da Receita Corrente Líquida (RCL). Esses dados indicam uma confortável capacidade de endividamento do Estado no estágio atual, uma vez que a Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, admite que a relação DC/RCL atinja 200%.

Compõem a carteira ativa de operações de crédito do Estado do Ceará, aquelas em fase de desembolso contratadas pela administração direta, além de uma operação contratada pela CAGECE, com a garantia do Estado. Os contratos firmados pela CAGECE, sem a interveniência ou garantia do Estado, não são abordados neste relatório.

Todos os mútuos da administração direta constam do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal celebrado com a União, cuja última revisão foi formalizada em julho/2008.

1.1. Operações de Crédito Ativas

Em 31/10/2008 foi celebrado com o BNDES o contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 08.2.0512.1, no valor de R\$ 17,7 milhões, para apoio ao Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais-PMAE.

Com isso, ao fim de dezembro/2008, a carteira de operações de crédito ativas da administração direta estava composta por doze projetos, sendo oito financiados por instituições nacionais e os demais por bancos estrangeiros, com valores totais contratados correspondendo a R\$ 1,015 bilhão,

Projetos financiados:

12 + 1 = 13

(8 Internas e 5 Externas)

Total Contratado:

≅R\$ 1,249 bilhão

R\$543 milhões +

US\$289,7 milhões +

€ 8,7 milhões

A desembolsar:

≅R\$ 506,2 milhões

considerando-se a conversão da moeda estrangeira pela cotação do dia 31/12/2008¹. Somando-se o valor do financiamento contratado diretamente pela CAGECE, com garantia do Tesouro Estadual, esse total alcança R\$ 1,249 bilhão.

Em relação ao trimestre passado, percebe-se uma elevação de 13,5% no valor da carteira, que reflete principalmente a variação cambial observada no período², além da nova operação celebrada com o BNDES.

O cronograma de desembolso futuro das operações ativas definido na revisão do PAF, deduzido das liberações ocorridas de janeiro a dezembro/2008, totalizam R\$ 506,2 milhões, sendo R\$ 350,0 milhões para a administração direta e R\$ 156,2 milhões para a CAGECE. Esses valores estão demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Operações de Crédito Ativas

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANC.	VALOR ORIGINAL	VALOR A DESEMB.
Operações Internas			R\$ mil	
CIDADES	PRÓ-MORADIA	CEF	49.797	28.357
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	BNDES	41.730	35.104
SEINFRA	METROFOR	BNDES	142.333	117.333
SETUR	PRODETUR II	BNB	140.440	41.389
	INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ	BNDES	55.000	32.240
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO	BNDES	71.818	-
CIDADES	PRÓ-SANEAMENTO (1)	CEF	24.501	15.547
SEFAZ	PMAE	BNDES	17.740	17.740
TOTAL ATIVAS INTERNAS – R\$			543.360	287.711
Operações Externas			Em moeda mil	
SRH	PROGERIRH II	BIRD	US\$ 136.000	US\$ 4.246
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	BIRD	US\$ 37.500	US\$ 5.354
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	MLW	US\$ 16.250	US\$ 6.017
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	KFW	€ 8.690	€ 7.972
TOTAL ATIVAS EXTERNAS – US\$			US\$ 189.750	US\$ 15.617
TOTAL ATIVAS EXTERNAS – EURO			€ 8.690	€ 7.972
Garantias Concedidas			Em moeda mil	
CAGECE	SANEAR II (2)	BID	US\$ 100.000	US\$ 66.821
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS – US\$			US\$ 100.000	US\$ 66.821
TOTAL ATIVAS (INTERNAS + EXTERNAS) + GARANTIAS – R\$ (3)			R\$ 1.248.645	R\$ 506.181

Fonte: SEFAZ/COTES e Setoriais. Elaborado pela COTEF.

(1) Não considera as operações do Pró-Saneamento IV, contratadas diretamente pela CAGECE, sem garantia do Tesouro Estadual.

(2) Operação não contemplada no anexo V do PAF, por se tratar de contratação direta da CAGECE.

(3) Operações em moeda estrangeira convertidas para Reais pela cotação de 31/12/2008: US\$ 1,00 = R\$ 2,337; € 1,00 = R\$ 3,23815 (BC PTAX Venda)

¹ BC/PTAX (venda) em 31/12/08: US\$\$ 1,00 = R\$ 2,337 e € 1,00 = R\$ 3,23815.

² Em 30/9/08, a cotação do dólar americano era de R\$ 1,9143, e a do Euro R\$ 2,6931.

As operações ao amparo dos Programas Pró-Moradia e Pró-Saneamento, financiadas pela Caixa Econômica Federal-CAIXA, com recursos do FGTS, estão detalhadas a seguir, por serem compostas de diversos contratos, em distintas fases de execução, com cronogramas de desembolso até novembro/09.

Com relação ao Programa Pró-Moradia, permanecem ativos oito contratos, listados na Tabela 2, que representa R\$ 49,7 milhões destinados a ações de urbanização na cidade de Fortaleza. Levantamentos recentes promovidos pela Secretaria das Cidades revelam que a estimativa de saldos a desembolsar soma R\$ 21,4 milhões, portanto abaixo da estimativa contida na Tabela 1, onde constam R\$ 28,4 milhões. Essa diferença deverá ser corrigida na próxima revisão do PAF, com data-base em 31/12/2008.

Tabela 2 – Contratos Pró-Moradia

R\$ mil

DESCRIÇÃO	VALOR DO CONTRATO	SALDO A DESEMB.	CONTRATO Nº	VENCIMENTO DA OPERAÇÃO
Urb. Maranguap. Margem Direita	5.355	226	0156663-07/2003	Nov/08
Urb. Canal Conjunto Ceará	2.269	922	0156665-26/2003	Dez/08
Projeto Farol Novo	18.578	12.412	0156666-30/2003	Ago/08
Litoral Oeste	7.164	41	0156669-63/2003	Out/09
Costa Oeste II	4.240	1.372	59.856-33	Jun/09
Costa Oeste III	5.356	2.343	59.857-59	Jun/09
Aristides Barcelos	3.419	1.030	59.863-71	em aberto
Lagoa do Coração	3.416	3.070	59.862-59	em aberto
TOTAL	49.797	21.415		

Fonte: Secretaria das Cidades.
Elaboração SEPLAG/COTEF

Dos dezessete projetos contratados no âmbito do Pró-Saneamento, oito foram executados pela SRH, dos quais seis foram concluídos e dois foram cancelados. Estes, no valor de R\$ 15,69 milhões e R\$ 20,08 milhões, respectivamente, firmados em dezembro de 2003, eram destinados à Ampliação do Abastecimento d'Água da RMF - Trecho Gavião/Pecém e à Otimização do Sistema de Abastecimento d'Água da RMF - Trechos 2 e 3.

O cancelamento dos contratos pela CAIXA, seguindo orientação do Conselho Curador do FGTS, foi motivado por decisão unilateral do Estado, em

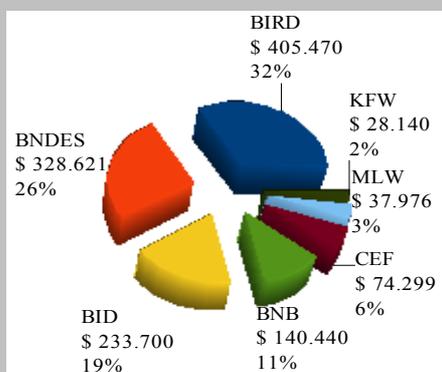
decorrência de ter viabilizado recursos não onerosos do PAC para cumprir os mesmos objetos.

Os outros nove projetos do Pró-Saneamento ainda em execução, geridos pela Secretaria das Cidades totalizam R\$ 24,5 milhões, conforme detalhado na Tabela 3. Levantamentos recentes promovidos pela Secretaria das Cidades revelam que a estimativa de saldos a desembolsar em 2009 soma R\$ 9,9 milhões, ou 40,4% do valor contratado.

Tabela 3 – Contratos Pró-Saneamento

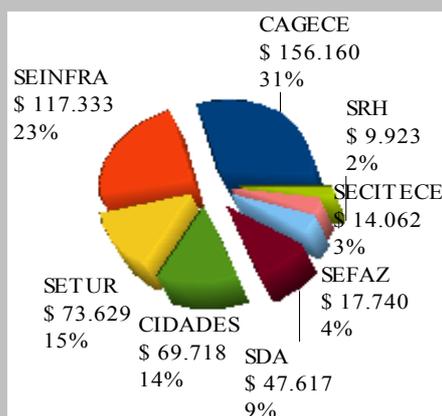
DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	VALOR DO CONTRATO	SALDO A DESEMB.	CONTRATO Nº
Implantação SES Jericoacoara	2.364	1.350	0156681-29
DI Faturamento e Cobrança	2.295	567	0156682-33
Reabilitação das SubAdutoras RMF	5.403	2.484	0156685-67
Desenvolvimento Institucional II	4.919	3.479	0156686-71
Otimização SAA Apuiarés e Outros	3.053	1.393	0156688-99
Reabilitação SES Juazeiro do Norte	783	0	0156692-59
Implantação SES Granja	2.117	103	0156691-44
Reab. Interceptor Oceânico Fortaleza II	1.248	0	0156684-52
Desenvolvimento Institucional I	2.319	537	0156689-02
SUB-TOTAL (SEC CIDADES)	24.501	9.913	

Gráfico 1 - Participação das IFs nos desembolsos futuros das operações ativas (R\$ 1.000)



Os valores a desembolsar da carteira atual distribuídos por instituição financeira (IF) e por órgão, está ilustrado nos Gráficos 1 e 2, respectivamente. O investimento total das operações ativas com recursos internacionais representa aproximadamente 56,48% de toda a carteira, distribuído entre BIRD, BID, MLW e KFW. Dentre as secretarias setoriais beneficiárias de recursos de financiamentos ativos, destacam-se CAGECE, SEINFRA e SETUR.

Gráfico 2 - Participação dos órgãos nos desembolsos futuros das operações ativas



1.2. Desembolsos Realizados

Os desembolsos de recursos de operações de crédito no 4º trimestre de 2008 somaram R\$ 81,2 milhões, conforme apresentado na Tabela 4, considerando-se que os valores em moeda estrangeira foram convertidos para Reais nas datas de seus desembolsos. Onze projetos foram beneficiados, com destaque para o Metrofor e o Progerirh, que, somados, auferiram cerca de 49 % dos ingressos no trimestre.

Tabela 4 – Recursos Desembolsados por Projeto - jan a dez/2008 (R\$ mil)

Resumo por Programa	IF	4º Tri	Ano
PRODETUR	BNB	18.162	30.863
SANEAR II	BID	8.532	29.587
METROFOR	BNDES	25.000	25.000
PROGERIRH	BNDES	6.843	23.018
São José II	BIRD	7.080	17.756
PROGERIRH	BIRD	7.113	10.469
Pró-Moradia	CEF	1.367	9.540
PQEB	CEF	0	7.194
Modernização Laboratorial	MLW	4.044	6.034
Aquiraz Golf Villas	BNDES	2.200	2.200
Aprov. Hidroag. Castanhão	BNDES	730	1.460
Saneamento Rural	KFW	0	1.209
Pró-Saneamento	CEF	171	1.206
TOTAL		81.243	165.537

Gráfico 3 – Recursos Desembolsados por Órgão - jan a dez/2008 (%)

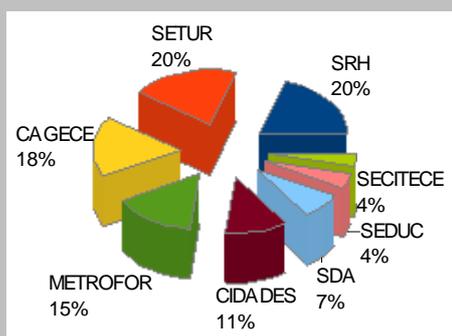
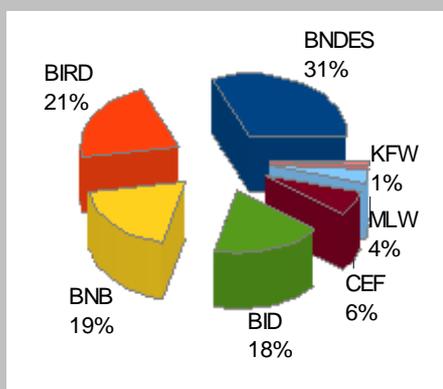


Gráfico 4 – Recursos Desembolsados por IF - jan a dez/2008 (%)



Tendo como foco os financiadores, o BNDES esteve à frente nos desembolsos do trimestre, somando R\$ 34,7 milhões, seguido do BNB com R\$ 18,1 milhões.

No acumulado do ano, os desembolsos chegaram a R\$ 165,5 milhões, sendo quase a metade desse volume de recursos no último trimestre. Os projetos Prodetur, Sanear II, Metrofor e Progerirh foram os principais beneficiados, conforme se depreende da Tabela 4.

SRH, SETUR, CAGECE e METROFOR foram os órgãos que receberam maior volume de recursos, conforme Gráfico 3. O Gráfico 4 ilustra a participação dos agentes financeiros nos desembolsos realizados no ano, com destaque para o BNDES e o BIRD, que liberaram, respectivamente, 31% e 21% dos recursos.

1.3. Execução Orçamentária

Em 31/dezembro/2008, os recursos orçamentários de Operações de Crédito, previstos na LOA e seus Créditos Adicionais totalizavam cerca de **R\$ 1.111,0 milhões**.

Na Tabela 5 estão agregados os valores orçamentários para as operações em execução da administração direta que totalizam R\$ 549,8 milhões e correspondem a 49,5% do total orçado no ano e, também, R\$ 108 milhões das operações da CAGECE. A lei orçamentária contempla ainda treze operações em negociação, num total de R\$ 452,8 mil.

Dentre as operações ativas da administração direta, a execução da despesa, representada pelos empenhos realizados, atingiu 40,3% do previsto, em contraste com o percentual de 7,7% registrado ao final do primeiro semestre. A execução total das fontes de operações de crédito, que compreendem também as operações em negociação e os contratos da administração indireta, chegou a 27,7%, conforme demonstrado na Tabela 5, onde a previsão orçamentária engloba os limites estabelecidos na LOA e os créditos adicionais aprovados até 31/12/08.

Apesar de avanço registrado no último trimestre, a execução orçamentária de investimentos realizados com recursos de operações de crédito ainda é muito baixa. O desempenho dos investimentos realizados com fonte do Tesouro Estadual atingiu o patamar de 66,4.% da previsão orçamentária, bem superior a execução dos investimentos realizados com recursos de operações de crédito que foi de 24,8%. Se considerarmos a aplicação de recursos das operações de crédito da Cagece, a execução aumenta para 27,7% (Tabela 5).

Tabela 5 – Execução Orçamentária das Operações de Crédito

R\$ mil

SECRETARIA RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	Orçamento 2008			WebMapp 2008		
			Lei+Crédito (A)	Empenhado (B)	% Execução (B / A)	Planejado (C)	Realizado (D)	% Execução (D / C)
Operações Internas e Externas em Execução e A Contratar – Adm. Direta			1.002.591	276.644	27,6%	406.205	275.738	67,9%
Operações Internas e Externas em Execução – Administração Direta			549.786	221.589	40,3%	316.708	220.682	69,7%
Operações Internas em Execução			208.048	93.674	45,0%	120.180	92.944	77,3%
CIDADES	PRÓ-MORADIA	CAIXA	22.000	8.972	40,8%	10.055	8.972	89,2%
	PRÓ-SANEAMENTO		6.760	1.082	16,0%	4.395	1.082	24,6%
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGR.	BNDES	20.000	5.665	28,3%	8.589	4.935	57,5%
SETUR	PRODETUR II	BNB	74.514	33.199	44,6%	38.840	33.199	85,5%
	PRODETUR I	BNDES	60	40	67,0%	51	40	78,2%
	INFRAESTRUTURA AQUIRAZ RESORT	BNDES	26.724	11.103	41,5%	11.172	11.103	99,4%
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO	BNDES	22.000	8.613	39,1%	22.077	8.613	39,0%
SEINFRA	METROFOR	BNDES	35.990	25.000	69,5%	25.000	25.000	100,0%
Operações Externas em Execução			341.737	127.915	37,4%	196.528	127.738	65,0%
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	KFW	8.897	1.286	14,5%	1.286	1.286	100,0%
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	BIRD	45.230	17.220	38,1%	19.175	17.220	89,8%
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL (1)	MLW	5.927	5.827	98,3%	5.927	5.827	98,3%
SEDOC	PQEB	BIRD	12.080	9.758	80,8%	11.227	9.758	86,9%
SEPLAG/PECE	SWAP I – Parte A (2)	BIRD	227.489	83.106	60,7%	128.546	83.106	64,7%
SEPLAG/PECE	SWAP I – Parte B (3)	BIRD	586	0	0,0%	0	0	0,0%
SRH	PROGERIRH II	BIRD	41.529	10.718	25,8%	30.368	10.541	34,7%
Operações Internas e Externa a Contratar – Administração Direta			452.806	55.055	12,2%	89.497	55.055	61,5%
Operações Internas a Contratar			223.833	0		32.000	0	
SEDOC	CAMINHO DA ESCOLA	BNDES	12.000			0	0	
CIDADES	CIDADES CONTRAPARTIDA	BNDES	1.473			0	0	
SEFAZ	PMAE	BNDES	6.210			0	0	
SEINFRA	TMUT	BNDES	142.462			32.000	0	
	TGAN		28.992			0	0	
	CORREIA TRANSPORTADORA		32.696			0	0	
Operações Internas a Contratar			228.973	55.055		57.497	55.055	
SESA	SAÚDE	BID	43.598			0	0	
SEINFRA	CEARÁ III	BID	34.169			2.441	0	
SEFAZ	PROFISCO	BID	69.654			0	0	
STD	PROARES	BID	23.059			0	0	
SEPLAG/PECE	SWAP II (4)	BIRD	55.055	55.055	100,0%	55.055	55.055	100,0%
CIDADES	CIDADES DO CE I	BIRD	3.436			0	0	
Operações em Execução – Administração Indireta (3)			108.127	30.793	52,10%	49.416	36.047	128,99%
CAGECE	SANEAR II	BID	59.631	29.587	49,6%	32.845	29.610	90,2%
CAGECE	PRÓ-SANEAMENTO	CAIXA	48.495	1.206	2,5%	16.571	6.437	38,8%
TOTAL LOA 2008			1.110.718	307.437	27,68%	455.621	311.784	68,43%

Fonte: SIOF – Elaborado pela SEPLAG/COTEF. Dados acumulados até 31/12/2008 e atualizados em 30/01/2009.

(1) Dados da execução informados pela SECITECE.

(2) – A previsão orçamentária total da operação SWAp é de R\$192.254,7, sendo R\$87.611 destinado ao SWAp I (saldo financeiro em 30/08 + empenhos até 30/08), e R\$104.644, consignado ao SWAp II.

(3) – Dados da execução extraídos do MAPP, em 6/10/08.

(4) Empenhado em restos a pagar.

O Estado do Ceará fez constar no orçamento anual R\$3,2 milhões para investimentos (Tabela 5.1), dos quais empenhou 32,9% que equivalem a 1,05 milhões. Do total empenhado, 52% referem-se a recursos do Grupo Tesouro Estadual (Fontes 00, 01, 10, 11 e 44) que além da maior participação dentre os recursos previstos, também teve o melhor desempenho da execução orçamentária, 66,4%.

As operações de crédito foram responsáveis por 25,7% dos recursos empenhados em investimentos e o desempenho da execução orçamentário ficou em 24,8%, o que demonstra que o orçamento foi

superestimado e/ou a capacidade executiva ficou aquém do planejado.

Tabela 5.1 – Execução Orçamentária dos Investimentos – por origem de recursos

ORIGEM DE RECURSOS	R\$ mil		
	Lei+Crédito (A)	Empenhado (B)	% Execução (B / A)
Tesouro Estadual	829.237	550.902	66,4%
Operações de Crédito	1.096.090	271.857	24,8%
Convênios com Órgãos Federais	1.042.638	156.491	15,0%
Outras fontes	240.408	77.335	32,2%
TOTAL	3.208.374	1.056.585	32,9%

Fonte: SIOF/2008: Relatório da Execução Orçamentária - Consolidado por Fonte. Elaborado pela COTEF/SEPLAG.

Ao analisar a execução das operações de crédito, de acordo com o grupo de despesas, depreende-se da Tabela 5.2 que foram previstos recursos em investimentos (R\$1,096milhões), em inversões financeiras (R\$614,8 mil) e em outras despesas correntes (R\$14,01milhões), totalizando R\$1,1milhões. A maior parte dos recursos empenhados se deu no grupo Investimentos, R\$271,8 milhões.

Tabela 5.2 – Execução Orçamentária dos Recursos de Operação de Crédito – por grupo de despesa

GRUPO DE DESPESA	R\$ mil		
	Lei+Crédito (A)	Empenhado (B)	% Execução (B / A)
33 – Outras Despesas Correntes	14.012	4.788	34,2%
44 – Investimentos	1.096.090	271.857	24,8%
45 – Inversões Financeiras	615	0	0,0%
TOTAL	1.110.718	276.644	24,9%

Fonte: SIOF/2008: Relatório da Execução Orçamentária - Consolidado por Grupo de Despesa. Elaborado pela COTEF/SEPLAG.

1.4. Novas Operações

NOVAS OPERAÇÕES
8 Internas
10 Externas
Total a contratar:
R\$ 3,1 Bi
Externas: US\$1,002 Bilhões
Internas: R\$751,9 Mil

A carteira das operações a serem contratadas pelo Estado do Ceará, em conformidade com o que foi negociado com a STN na última revisão do PAF, compreende dezoito projetos prioritários, num valor aproximado de R\$ 3,1 bilhões, considerando-se as operações em moeda estrangeira convertidas pela cotação do dólar americano de 31/12/2008 (R\$ 2,337). As dez operações externas totalizam US\$ 1,0 bilhão, enquanto as demais somam R\$ 752 milhões.

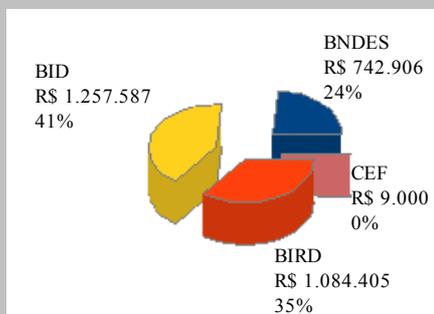
As operações, com respectivos valores e órgãos executores, estão listados na Tabela 6.

Tabela 6 – Operações de Crédito a Contratar

SETORIAL RESPONS.	PROJETO	AGENTE FINANC.	VALOR TOTAL	
			R\$ mil	US\$ mil
Operações Internas			751.906	
CIDADES	CIDADES DO CEARÁ - CONTRAPARTIDA	BNDES	32.000	
SEINFRA	TERMINAL DE GÁS DO PORTO DO PECÉM	BNDES	82.481	
	CORREIA TRANSPORT. DO PORTO DO PECÉM	BNDES	66.696	
	TERMINAL DE CARGA G. DO PECÉM - TMUT	BNDES	275.729	
SETUR	PAVILHÃO DE FEIRAS DO CEARÁ	BNDES	150.000	
SEDUC	PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO INFANTIL	BNDES	96.000	
	PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	BNDES	40.000	
SEPLAG	PNAGE	CAIXA	9.000	
Operações Externas			-	1.002.136
SEFAZ	PROFISCO – MODERNIZ. DA GESTÃO FISCAL	BID		41.000
SEINFRA	PROGRAMA RODOVIÁRIO - CEARÁ III	BID		158.620
SESA	MELHORIA E EXPANSÃO DA ASSIST. ESPECIALIZADA EM SAÚDE	BID		77.000
STDS	PROARES II	BID		45.000
SETUR	PRODETUR Nacional - Ceará	BID		150.000
CIDADES	DESENVOLV. URBANO DE PÓLOS REGIONAIS	BID		66.500
	CIDADES DO CEARÁ (Cariri Central)	BIRD		46.000
SEPLAG / IPECE	SWAP II - CRESC. ECON. C/ INCLUSÃO SOCIAL	BIRD		240.000
SRH	PROGERIRH II - FINANCIAMENTO ADICIONAL	BIRD		103.015
SDA	SÃO JOSÉ III	BIRD		75.001
TOTAL DAS OPERAÇÕES A CONTRATAR (EM MOEDA_mil)			751.906	1.002.136

Os novos financiamentos contribuirão para o avanço nos investimentos nas áreas social, de saúde, de infra-estrutura, de gestão fiscal, de recursos hídricos e do turismo e a oferta de crédito está distribuída entre cinco instituições financeiras, nas proporções ilustradas no Gráfico 5. São 78% dos recursos provenientes de instituições financeiras

Gráfico 5 – Participação das IFs nas novas operações (em R\$)



internacionais (BID e BIRD), somando o equivalente a US\$ 1,0 bilhão. Os bancos brasileiros BNDES e CEF proverão, juntos, recursos da ordem de R\$ 751,9 milhões.

A Tabela 7 a seguir, detalha os diferentes estágios de preparação e de negociação de cada projeto, bem como indica a expectativa de cumprimento de cada etapa e, ao final, estima a data para celebração dos contratos de empréstimo.

Em reunião realizada na Casa Civil da Presidência da República no dia 16 de dezembro de 2008, com a presença do Governador e da Ministra Dilma Roussef, ficou acordado o seguinte:

Os recursos não onerosos no valor de R\$ 57,4 milhões, originalmente previstos para o Projeto do Rio Cocó, seriam transferidos para o Projeto do Rio Maranguapinho, acrescidos de mais R\$ 27,6 milhões, totalizando R\$ 85,0 milhões. Este projeto destina-se à construção de mais 3.000 unidades habitacionais necessárias ao atendimento das famílias em áreas de risco residentes naquela área. O remanejamento de recursos foi feito e o aditivo de R\$ 85,0 milhões para o Projeto do Rio Maranguapinho já foi assinado.

O Projeto do Rio Cocó passará a ser financiado com recursos do FGTS, enquadrado no Programa Saneamento Para Todos, do Ministério das Cidades. O valor desta ação estava estimado em R\$ 150 milhões e poderá chegar a R\$211 milhões. O seu enquadramento deverá ser autorizado em caráter excepcional pelo Ministério das Cidades.

Tabela 7 - Operações de Crédito a contratar – Status

PROJETOS	AGENTE FINANC.	VALOR TOTAL		ETAPAS PARA CONTRATAÇÃO								
		R\$ mil	US\$ mil	Carta Consulta	PREPARAÇÃO PROJETO	STN/COPEM	STN/COREF	NEGOCIA	STN/COREF	PGFN	SENADO	Assinatura Contrato
Operações Internas		751.906										
CIDADES DO CEARÁ - CONTRAPARTIDA	BNDES	32.000		A definir	A definir	A definir						A definir
TERMINAL DE GÁS DO PORTO DO PECÉM	BNDES	82.481		A definir	A definir	A definir						A definir
CORREIA TRANSPORTADORA DO PORTO DO PECÉM	BNDES	66.696		A definir	A definir	A definir						A definir
TERMINAL DE CARGA G. DO PECÉM - TMUT	BNDES	275.729										Jan/2009
PAVILHÃO DE FEIRAS DO CEARÁ	BNDES	150.000			24/04/09	29/05/09						Jun/2009
PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO INFANTIL	BNDES	96.000			15/04/09	04/06/09						Jul/2009
PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	BNDES	40.000			09/04/09	23/04/09						Mai/2009
PNAGE	CAIXA	9.000		A definir								A definir
Operações Externas		-	1.002.136									
PROFISCO - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	BID		41.000							15/03/09	14/05/09	Jun/2009
PROGRAMA RODOVIÁRIO - CEARÁ III	BID		158.620				28/01/09	30/05/09	29/06/09	29/07/09	27/09/09	Out/2009
PROJETO DE MELHORIA E EXPANSÃO DA ASSIST. ESPECIALIZADA EM SAÚDE	BID		77.000				28/01/09	15/04/09	15/05/09	14/06/09	13/08/09	Set/2009
PROARES II	BID		45.000				28/01/09	17/04/09	17/05/09	16/06/09	15/08/09	Set/2009
PRODETUR Nacional - Ceará	BID		150.000		14/05/09	03/07/09	18/07/09	17/08/09	16/09/09	16/10/09	15/12/09	Jan/2010
DESENVOLVIMENTO URBANO DE PÓLOS REGIONAIS	BID		66.500		31/01/10	17/03/10	01/04/10	01/05/10	31/05/10	30/06/10	29/08/10	Set/2010
CIDADES DO CEARÁ I	BIRD		46.000						28/02/09	30/03/09	29/05/09	Jun/2009
SWAP II	BIRD		240.000									Mar/2009
PROGERIRH II - FINANCIAMENTO ADICIONAL	BIRD		103.015						28/02/09	30/03/09	29/05/09	Jun/2009
SÃO JOSÉ III	BIRD		75.001	31/03/09	27/09/09	11/11/09	26/11/09	26/12/09	25/01/10	24/02/10	25/04/10	Mai/2010
		751.906	1.002.136									

	Não se aplica
	Etapa cumprida
	Etapa atual
	Etapa não iniciada

Obs: Valores em dólares americano convertidos para reais pela cotação de 31/12/08(US\$ 1,00= R\$ 2,3370).

1.4.1. Discriminação e situação das operações de crédito a contratar

Operações Internas – BNDES

Programa Cidades do Ceará – Contrapartida

Destinar-se-á a complementar os recursos da contrapartida devida pelo Estado no empréstimo a ser contratado junto ao BIRD para o Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará (Programa Cidades do Ceará_Cariri Central).

Uma primeira proposta de financiamento foi submetida ao BNDES em 2007, com previsão de investimentos nas obras do Anel Viário de Juazeiro do Norte, das Praças do Crato, do Centro Multiuso do Cariri, do Centro de Convenções do Crato, dentre outras. Devido a alterações ocorridas ao longo da preparação do Programa Cidades do Ceará_Cariri Central, as áreas de intervenção deste projeto estão em fase de detalhamento pela Secretaria das Cidades. A Secretaria das Cidades está avaliando se apresentará uma nova Consulta-Prévia ao BNDES no primeiro semestre de 2009.

Terminal de Gás Natural – TGAN do Porto do Pecém

Atenderá com segurança e eficiência, segundo as normas estabelecidas pela PETROBRÁS, às operações da Usina do Regaseificação do Pecém e possibilitará o suprimento de gás natural (GNC) no Estado do Ceará para Termo-elétricas, indústrias com processo de Termo-redução e uso veicula.

Assim como o projeto de financiamento da Correia Transportadora, essa proposta teve sua análise suspensa no BNDES, a pedido do Governo do Estado, devido à necessidade de adaptação do projeto original à atual necessidade.

Correia Transportadora do Porto do Pecém

Financiará o fornecimento e a montagem dos equipamentos para o transporte de granéis sólidos. Em virtude do recente anúncio de novos

Contato
Cidades do CE_Cariri Central
EMANUELA Monteiro
emanuela@cidades.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 4483

Contato
TGAN
GERARDO Santos Filho
gerardosantosil@seinfra.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 3691

Contato
CORREIA
GERARDO Santos Filho
gerardosantosil@seinfra.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 3691

Contato

TMUT
GERARDO Santos Filho
gerardosantosil@seinfra.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 3691

investimentos privados que deverão ser realizadas na área do porto, como: CSP, UTE MPX, UTE Vale e Refinaria, que levará a um redimensionamento da necessidade de importação de insumos, notadamente do carvão e minério de ferro, o Estado solicitou ao BNDES que suspendesse a análise da operação até que seja realizado um estudo que se adéque à nova realidade.

Terminal de Carga Geral do Pecém

Contempla a construção do Pier 3 do Porto do Pecém, que funcionará como um Terminal de Múltiplo Uso - TMUT para movimentação de contêineres e de carga geral. As obras serão executadas pelo consórcio de empresas Marquise/Ivaí e CR Almeida/ARG/Onix.

O TMUT, que faz parte do projeto de expansão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, deverá ficar pronto até 2010, quando estará apto a receber grandes empreendimentos como a siderúrgica e a refinaria. As obras de ampliação constam de: prolongamento de 1.000 metros do quebra-mar existente, que passará a ter um total de 2.770 metros; construção de dois berços de atracação contínuos, com extensão total de 760 metros de comprimento, sendo 700,0 metros de cais acostável visando acomodar navios contêineres de última geração; e implantação de linha de guindastes para descarregamento e carregamento de contêineres; retroárea para pátio de estocagem com cerca de 87.400 metros quadrados.

Está prevista ainda a ampliação da ponte que dá acesso ao terminal, em 363 metros de extensão, com pista dupla, passeio, guarda-rodas e sistema de iluminação; instalação de energia elétrica, abrangendo geração de energia, alimentadores, subestação, distribuição de media tensão e baixa tensão, tomadas, para contêineres frigorificados, água tratada, telefonia, telemática, sistema de combate a incêndio e sistema de controle automatizado das instalações. A ponte passará dos atuais 2.160 metros de comprimento para 2.523 metros. Está prevista ainda a implantação de edificação para balança rodoviária, prédio de apoio operacional/administrativo, casa de bombas de incêndio, subestação e guarita. (Fonte: Seinfra).

Contato

Pavilhão de Feiras

OLGA Valéria B. Teixeira

olga@setur.ce.gov.br

Tel: (85) 3101 4660

O contrato com o BNDES está em fase final de análise pelas assessorias jurídicas do Estado e do Banco, com previsão de assinatura em janeiro/2009.

Pavilhão de Feiras

O empreendimento diz respeito à Construção do Pavilhão de Multiuso e integração ao atual Centro de Convenções de Fortaleza/Ceará, para atender à demanda exigida pelo mercado, evitando que eventos importantes sejam direcionados para outros centros mais bem equipados. Uma Consulta-prévia do projeto foi submetida ao BNDES em outubro/2008 para enquadramento. Até o encerramento do trimestre, o Departamento de Prioridades não havia se manifestado sobre o enquadramento do pleito.

O Pavilhão Multiuso será o local onde acontecerão eventos e feiras do Estado. Localizado na avenida Washington Soares, contíguo ao Centro de Convenções, o empreendimento tem capacidade para abrigar até 30 mil pessoas. Construído numa área útil de 173 mil metros quadrados, o Pavilhão de Feiras abrigará 73 mil metros quadrados para exposição, dois blocos subdivididos em módulos estanques, praça de convivência, onde estarão localizados equipamentos gastronômicos e espaços para lazer e entretenimento, heliponto, área de carga e descarga entre os blocos do Pavilhão e estacionamento para 2.500 veículos. O Pavilhão será o maior local do Brasil para abrigar eventos e feiras e deverá estimular o turismo de negócios no Ceará.

Caminho da Escola

Assegurará condições de acesso aos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública, residentes na zona rural, mediante a aquisição de transporte escolar com padrão de qualidade para cessão aos municípios que aderirem ao *Programa Caminho da Escola*, regulamentado pela Resolução FNDE/CD/nº 11, de 25 de abril de 2008, compreendendo 294 ônibus escolares.

Uma Consulta-prévia do projeto foi submetida ao BNDES em outubro/2008 para enquadramento. Até o encerramento do trimestre, o Departamento de

Contato

Caminho da Escola

MÁRCIA Oliveira Campos

marciaoc@seduc.ce.gov.br

Tel: (85) 3101 3942

Contato
Centro de Educação Infantil
MÁRCIA Oliveira Campos
marciaoc@seduc.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 3942

Prioridades não havia se manifestado sobre o enquadramento do pleito.

Centro de Educação Infantil

Serão construídos e equipados 125 Centros de Educação Infantil, com ambiente físico e social capaz de propiciar o desenvolvimento das dimensões do cuidar e educar de todas as crianças que a eles tiverem acesso, abrangendo municípios de grande e médio porte, com atividade industrial implantada, inseridos nas oito regiões administrativas do Estado. Cada um dos Centros terá capacidade de atendimento para 208 crianças, ampliando em 26.000 o número de vagas na educação infantil da rede municipal de ensino.

Uma Consulta-prévia do projeto foi submetida ao BNDES em outubro/2008 para enquadramento. Até o encerramento do trimestre, o Departamento de Prioridades não havia se manifestado sobre o enquadramento do pleito.

Operações Internas – CEF

Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE

Consistirá na segunda fase do PNAGE, a se iniciar em 2011, como continuidade à fase atual, que está sendo executada por meio contrato de repasse assinado com a CAIXA. Tem como objetivo geral melhorar a efetividade e a transparência institucional das administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal, a fim de alcançar uma maior eficiência do gasto público. Na primeira fase, o PNAGE conta com recursos da ordem de US\$ 155 milhões, sendo US\$ 93 milhões oriundos de empréstimo contraído pela União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e US\$ 62 milhões de contrapartida local (Estados e União).

Contato
PNAGE
LÚCIA Rabelo
luciarabelo@seplag.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 3849

Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará - PROFISCO

Alcançará resultados no combate à sonegação, evasão fiscal, ampliação da base tributária com redução da informalidade, o cumprimento das metas de arrecadação e desoneração de setores específicos, dando suporte financeiro para alavancar a capacidade de investimento do Estado com recursos próprios. O PROFISCO contempla Cadastro Sincronizado, Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital (SPED FISCAL), Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED CONTÁBIL) e partes dos projetos de reestruturação da área de tecnologia da informação e de automação dos postos fiscais.

A operação foi negociada entre as autoridades nacionais e os representantes do Banco durante os dias 29 e 30/9, devendo ser submetida à análise da PGFN e à autorização do Senado Federal para contratação.

Programa Rodoviário – Ceará III

Permitirá a preservação do patrimônio rodoviário estadual, com a reabilitação, duplicação e pavimentação de rodovias que favorecerão a integração e os acessos aos Pólos de Desenvolvimento do Estado, reduzindo o custo de transporte e atendimento aos reclames da população, criando condições de acessibilidade dos moradores das regiões do Estado contempladas com as obras, melhorando, sobremaneira, as condições logísticas do estado, aumentando a competitividade econômica do Ceará.

Esse financiamento se encontra em análise na Secretaria do Tesouro Nacional/MF, prevendo-se o encaminhamento para a SEAIN em janeiro/09, quando serão definidas as datas para negociação do contrato.

Contato

PROFISCO

SANDRA M^a Olímpio Machado

sandra@sefaz.ce.gov.br

Tel: (85) 3101 9113

Contato

CEARÁ III

Fco. QUIRINO Rodrigues Ponte

ugp@der.ce.gov.br

Tel: (85) 3101 9113

Contato
Expansão e Melhoria à Saúde
ALESSANDRA Pimentel
alessandraps@saude.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 5117

Contato
PROARES II
ROBERTO LUIZ L. Rodrigues
robertol Luiz@sas.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 2110

Projeto Melhoria e Expansão da Assistência Especializada em Saúde

Inicialmente batizado com título abreviado “Projeto de Atenção à Saúde Secundária e Terciária”, viabilizará a construção de um hospital regional na zona norte do Estado, no município de Sobral, de nove Policlínicas do Tipo II (localizadas em: Barbalha, Campos Sales, Caucaia, Crateús, Iguatú, Maracanaú, Quixadá, Sobral, Tianguá) e de onze Centros de Especialidades Odontológicas-CEOs (Brejo Santo, Camocim, Canindé, Caucaia, Crateús, Icó, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Pacajus, Quixeramobim). O Projeto proverá ainda a todas as 38 novas unidades de saúde a serem instaladas no Estado do Ceará ações de fortalecimento institucional, constituídas de capacitação e formação de Recursos Humanos, certificação e acreditação de unidades de saúde, bem como implantação de Sistemas de Informação em Saúde que permitirão realizar monitoramento e avaliação das instituições envolvidas, garantindo assim a qualidade das ações ofertadas.

Esse financiamento se encontra em análise na Secretaria do Tesouro Nacional/MF, prevendo-se o encaminhamento para a SEAIN em janeiro/09, quando serão definidas as datas para negociação do contrato.

PROARES II

Financiará o Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará, que ofertará serviços básicos de assistência a crianças e jovens de 0 a 25 anos, com ações de educação, lazer, esporte, cultura, iniciação profissional, proteção jurídico-social e medidas sócio-educativas.

Em 2008, 23 municípios foram beneficiados com a realização de cinquenta equipamentos sociais, envolvendo antecipação de R\$ 25 milhões do tesouro Estadual. Para 2009, serão incluído mais vinte municípios no Progama.

Esse financiamento se encontra em análise na Secretaria do Tesouro Nacional/MF, prevendo-se o encaminhamento para a SEAIN em janeiro/09, quando serão definidas as datas para negociação do contrato.

Contato
PRODETUR NACIONAL
OLGA Valéria B. Teixeira
olga@setur.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 4660

PRODETUR NACIONAL – CEARÁ - Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo

Viabilizará de forma sustentável, a redução das desigualdades sociais, melhorando as condições de vida da população residente no estado do Ceará, bem como dos turistas que visitam o Estado, por intermédio dos investimentos a serem realizados nos Pólos: Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba. Em especial deverá: 1-Estruturar os Pólos Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba, com a finalidade de diversificar a oferta e proporcionar a melhoria da qualidade do produto turístico cearense. 2-Aumentar a inserção competitiva dos produtos turísticos, Pólo Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba, no mercado turístico nacional e internacional. 3-Melhorar as condições de vida da população residente nos Pólos Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba. 4-Promover o desenvolvimento local de forma sustentável, procurando reduzir as desigualdades sociais. 5-Apoiar a recuperação e a adequação da infra-estrutura e dos equipamentos destes destinos turísticos.

O projeto se encontra em fase de preparação sob Recomendação COFIEIX n° 406, de 26/9/08.

Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais (Cidades do Ceará II)

A exemplo do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará (Programa Cidades do Ceará Cariri Central), a ser desenvolvido na Região do Cariri, este projeto constituirá uma experiência de desenvolvimento regional que deverá contemplar as regiões do Baixo Jaguaribe e da Ibiapaba. Para tanto, pretende-se: a) criar centros de atividades urbanas que possam ser catalisadores de desenvolvimento sócio-econômico; b) criar mais economias de aglomerados, estimulando a atratividade de investimentos e atividades econômicas; e c) apoiar a área rural por meio do aumento da oferta de serviços e de produtos agrícolas.

O projeto se encontra em fase de preparação sob Recomendação COFIEIX n° 957, de 28/7/07, com previsão de realização de missão de análise até julho/2009.

Contato
Cidades do CE II
DANIELLE Brasil
daniellebrasil@cidades.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 4433

Contato
Cidades do CE_Cariri Central
EMANUELA Monteiro
emanuela@cidades.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 4483

Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará (Cidades do Ceará Cariri Central)

Terá como principais objetivos a) criar novas oportunidades de geração de emprego e renda na região do Cariri, contribuindo para aumentar sua capacidade de polarização, de atração populacional e de dinâmica econômica; b) promover o fortalecimento da base econômica regional; c) promover a estruturação urbana-regional e a oferta de bens e serviços urbanos; contribuir para a redução das desigualdades inter-regionais; e d) promover a melhoria dos processos de Gestão do Desenvolvimento Regional.

As minutas contratuais dessa operação foram negociadas em outubro/2008, estando o processo ora submetido à manifestação da PGFN/STN, para o cumprimento de dispositivos legais prévios à contratação.

Projeto de Apoio a Inclusão Social e ao Crescimento Econômico no Ceará (Operação SWAP - Sector Wide Approach)

Contato
SWAP II
MARCOS Holanda
holanda@ipece.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 3496

Apoiará o fortalecimento da gestão do governo direcionada ao objetivo da promoção da inclusão social e do crescimento econômico, mediante uma agenda de investimentos programados no PPA 2008 – 2011, ligados à gestão do setor público, à prestação de serviços sociais de educação, de saúde e de saneamento e de promoção do crescimento econômico do Estado.

A operação SWAP, por sua característica de abordagem intersetorial, vincula os desembolsos ao cumprimento de metas físico-financeiras, definidas numa base de Programas Elegíveis. O empréstimo consiste em um componente a ser desembolsado de acordo com os Programas de Despesas Elegíveis (PDE) e um componente de Assistência Técnica (AT).

Tabela 8 - SWAP II – Programas de Despesas Elegíveis

041 – Padrões Básicos das Escolas
048 – Qualidade da Educação Básica nas Zonas Escolares Rurais e Urbanas
058 – Cooperação entre Estados e Municípios
535 – Serviços de Saúde Secundários e Terciários
536 – Serviço de Saúde Primário
554 – Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
711 – Saneamento Ambiental do Ceará
033 – Ceará Digital
194 – Fortalecimento do Ensino Profissionalizante e Superior
196 – Inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento científico

Os Programas de Despesas Elegíveis estão incluídos no PPA e na Lei Orçamentária, devendo a execução orçamentária de cada programa atingir pelo menos 70% de sua previsão em cada período de doze meses. Os Programas de Despesas Elegíveis estão elencados na Tabela 8.

A primeira rodada de negociação entre o Estado, o BIRD e os agentes do governo federal ocorreu em junho, e o fechamento da negociação em 14/8/08. A operação foi aprovada pelo Senado Federal em 9/12/08, pela Resolução nº 38/08. Estima-se que assinatura do contrato ocorra no 1º trimestre/2009.

Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos (PROGERIRH) - Financiamento Adicional

As suas principais metas são: Fortalecimento institucional dos órgãos de planejamento e gestão de recursos hídricos do Estado do Ceará (SRH, COGERH e SOHIDRA); Elaboração de planos de gerenciamento de sistemas hídricos e de planos de operação e manutenção de infra-estrutura hídrica; Preparação de estudos de recursos hídricos ou pesquisas aplicadas, de estudos ambientais, de estudos de disponibilidade hídrica e de estudos de identificação de obras hídricas; Elaboração de projetos de engenharia para execução de obras de infra-estrutura hídrica, acompanhados das respectivas avaliações de viabilidade, de forma a montar um banco de bons projetos para execução futura; Implantação de novas obras de infra-estrutura hídrica.

As minutas contratuais dessa operação foram negociadas em novembro/2008, estando o processo ora submetido à manifestação da PGFN/STN, para o cumprimento de dispositivos legais prévios à contratação.

Contato

PROGERIRH II
MÔNICA Holanda
monicah@srh.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 4012

Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável
(SÃO JOSÉ III) – US\$ 75,0 - R\$175,3

Contato
SÃO JOSÉ III
JOSIAS Farias Neto
jfarias@sda.ce.gov.br
Tel: (85) 3101 8172

O Programa objetivará a promoção do desenvolvimento local com equidade no meio rural, buscando a melhoria dos indicadores de desenvolvimento social e econômico, atuando por meio de apoio aos grupos de agricultores/as na implantação de atividades sustentáveis geradoras de ocupação e de renda ou com potencial para assegurar o desenvolvimento econômico e social das comunidades, seu bem estar, integrando-se com os demais programas e projetos em execução no Estado.

1.5. Orçamento 2009

A Lei nº 14.285, de 30/12/2008, que aprovou o Orçamento para 2009, fixa a realização de despesas com recursos provenientes de operações de crédito da ordem de R\$ 1,3 bilhões, sendo somente 28% relativas a operações de crédito em execução. Para as operações a contratar ao longo do ano, estimam-se desembolsos e aplicações de R\$ 942,0 milhões, conforme detalhado na Tabela 8.

Tabela 9 - Previsão Orçamentária 2009

R\$ mil

SECRETARIA RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	LOA 2009
Operações Internas e Externas em Execução e A Contratar – Adm. Direta			1.152.846
Operações Internas e Externas em Execução – Administração Direta			210.767
Operações Internas em Execução			171.561
CIDADES	PRÓ-MORADIA	CAIXA	13.500
	PRÓ-SANEAMENTO		5.359
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGR.	BNDES	36.362
SETUR	PRODETUR II	BNB	39.600
	INFRAESTRUTURA AQUIRAZ RESORT	BNDES	13.000
SEFAZ	PMAE	BNDES	13.740
SEINFRA	METROFOR	BNDES	50.000
Operações Externas em Execução			39.206
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	KFW	10.594
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	BIRD	17.602
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	MLW	5.840
SRH	PROGERIRH II	BIRD	5.170
Operações Internas e Externa a Contratar – Administração Direta			942.079
Operações Internas a Contratar			306.430
SEDUC	CAMINHO DA ESCOLA	BB	35.736
	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	BNDES	84.000
CIDADES	CIDADES CONTRAPARTIDA	BNDES	8.342
SEINFRA	TMUT	BNDES	148.452
	TGAN		0
	CORREIA TRANSPORTADORA		29.900
Operações Externas a Contratar			635.649
SESA	SAÚDE	BID	51.809
SEINFRA	CEARÁ III	BID	71.383
SEFAZ	PROFISCO	BID	37.721
STD	PROARES	BID	27.518
SETUR	PRODETUR NACIONAL	BID	183.436
SEPLAG/IPECE	SWAP II	BIRD	212.192
SRH	PROGERIRH-Crédito Adicional	BIRD	28.932
CIDADES	CIDADES DO CE_CARIRI	BIRD	17.658
	CIDADES DO CE II	BIRD	5.000
Operações em Execução – Administração Indireta (3)			155.210
CAGECE	SANEAR II	BID	65.188
CAGECE	PRÓ-SANEAMENTO	CAIXA	90.022
TOTAL LOA 2008			1.308.055

Fonte: SIOF – Elaborado pela SEPLAG/COTEF.

1.6. Missões de Instituições Financeiras

No último trimestre do ano foi realizada somente uma missão do BID para acompanhamento e análise da preparação do Programa Cidades II, conforme abaixo.

Programa Cidades do Ceará II

Período: 8 a 12/dezembro/2008

Representantes: Sr. Arcindo Santos (ICF/FMM), Chefe da missão, e consultores Dulce Alcântara, André Leirner e Tiago Brasileiro.

Objetivos: Aprofundar o desenho do programa e estabelecer um roteiro de responsabilidades para sua concretização. Calendário proposto: Missão de Orientação em abril/2009 e Missão de Análise até julho/2009.

CONVÊNIOS DE RECEITAS

2.1. O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV

As diversas denúncias de má gestão de recursos públicos federais com as quais a sociedade brasileira tem convivido desde longo período, levaram o Tribunal de Contas da União – TCU a expedir, em 2006, dois Acórdãos – nº 788 e nº 2066 – que determinaram ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG o desenvolvimento de um sistema de controle de convênios em plataforma web, o qual foi aprovado mediante o Acórdão 2048/2007 daquele órgão.

A partir desta aprovação, foram empreendidas várias ações interministeriais no sentido de assegurar o desenvolvimento e implantação de um novo sistema, cujas diretrizes e pressupostos básicos são:

- a) Favorecer à Transparência → Controle Social (CF/88 – Art. 37 caput e Art. 5º, inciso XXXIII);
- b) Racionalizar o processo através: da padronização de procedimentos; da integração com demais sistemas estruturantes do Governo Federal e da redução de custo operacional;
- c) Englobar todo o ciclo das transferências;
- d) Gerar um banco gerencial com dados relevantes;
- e) Facilitar a fiscalização e o controle.

Em decorrência desse processo, houve alterações das normas referentes às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Foram expedidos o Decreto nº 6.170/2007 (alterado

pelo Decreto nº 6.428/2008) e a Portaria Interministerial nº 127/2008 que estabelece normas para a sua execução, normas básicas disponíveis, junto a outras no site www.convenios.gov.br.

Conforme determinação dessa nova legislação, a partir de 01/09/2008, tornou-se obrigatória a utilização do SICONV, exceto as ressalvas previstas nos dispositivos supracitados e orientações ulteriores expedidas pela Comissão Gestora.

Como se pode depreender das diretrizes e pressupostos do novo sistema, muitos dados serão armazenados e muitas informações geradas pelo sistema. Entretanto, pela complexidade e especificidade desses, serão estabelecidos níveis de acesso compatíveis com o interesse e competência dos operadores do SICONV, cuja interface se dará através do Portal dos Convênios.

Figura 1 – O novo sistema de Gestão de Convênios - SICONV



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG

O SICONV abrangerá todo o ciclo de gestão de convênios, compreendendo as etapas de celebração, execução e prestação de contas. A sua implantação foi iniciada pelo módulo de celebração, entretanto, as demais funcionalidades estão sendo disponibilizadas conforme a conclusão pela equipe de desenvolvimento.

A SEPLAG encaminhou um técnico para participar de treinamento com equipe do MPOG em novembro/2008, com o objetivo de replicar no Governo as principais alterações da nova legislação.

E com esse propósito, nos dias 1 e 2 de dezembro/2008, foi realizada a capacitação “Sistema de Convênios – SICONV: as alterações da legislação de transferências voluntárias da União”, que contou com a participação de 73 servidores. O material utilizado está disponível no site da SEPLAG.

2.2. O Governo do Ceará no SICONV

O SICONV funciona como uma espécie de vitrine das oportunidades de transferências voluntárias da União. Para pleitear recursos, o Governo do Estado e seus órgãos devem, além de manter atualizados seus dados cadastrais e cumprir as demais exigências de adimplência com ao Governo Federal, rastrear as oportunidades disponibilizadas no Portal.

Diversos órgãos do Estado identificaram oportunidades de captação de recursos neste período e enviaram suas propostas para celebração de convênios e contratos de repasse. A seguir estão sintetizados os dados relativos aos pleitos encaminhados até 31/12/08.

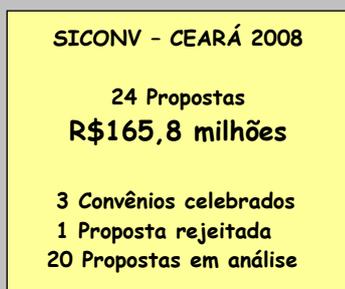
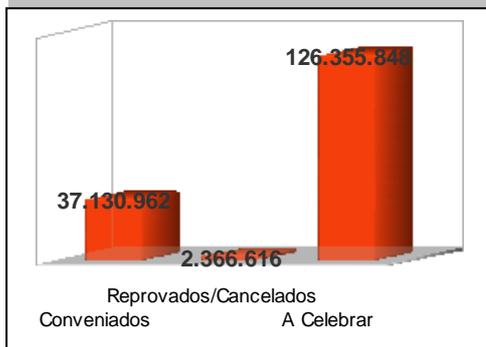


Gráfico 6 – Perfil geral: situação da proposta x valor do concedente (em R\$)



Fonte: SICONV

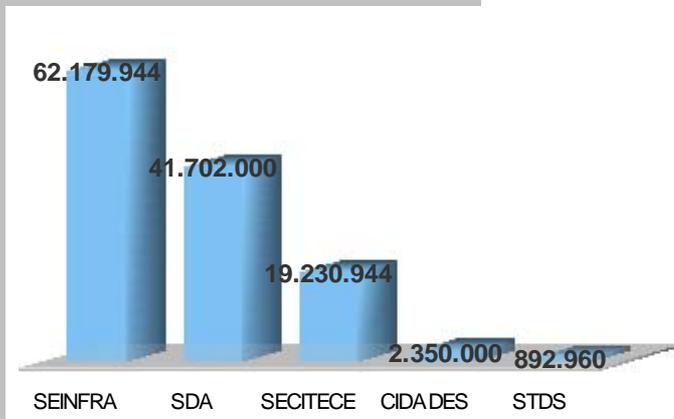
• Convênios

Desde o início da operacionalização do SICONV, foram encaminhadas a diversos órgãos da União 24 propostas totalizando R\$165.853.426,00 (cento e sessenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais). Dentre essas propostas, três convênios foram celebrados (22,4%), uma proposta foi rejeita (1,45%) e vinte (76,2%) estão em diversas fases de análise. O Gráfico 6 indica os valores para cada situação.

Os convênios celebrados têm como executores a SEPLAG, a SDA e a STDS. A proposta recusada foi da SEINFRA e as demais pertencem a SEINFRA (1), SDA (7), SECITECE (1), CIDADES (9) e

STDS (2), cujos respectivos volumes de recursos podem ser verificado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Propostas em análise – Valor por Interveniente/Executor (R\$)

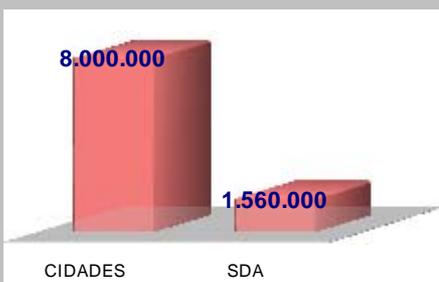


● **Contratos de Repasse**

Trata-se de instrumento de transferência de recursos que se processo por meio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União.

A CIDADES (1) e a SDA (2) cadastraram no SICONV três propostas, totalizando R\$9,56milhões. Ambas estão em análise (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Propostas em análise – Valor por Interveniente/Executor (R\$)



2.3. O Monitoramento dos Convênios de Receita no Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios - SACC

Os recursos financeiros captados por intermédio de transferências voluntárias da União ou de outros convênios de receita celebrados, bem como sua execução, são monitorados no Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios-SACC, módulo do Sistema SIAP, de onde são extraídas as informações gerenciais. Ainda não há integração desse sistema com o SICONV.

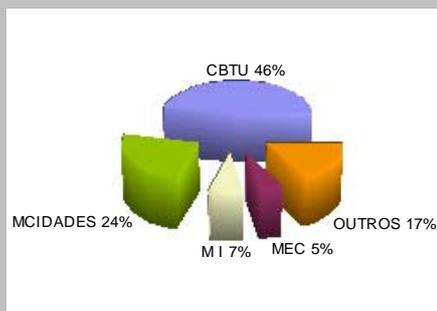
Ao final do mês de dezembro/2008, encontravam-se cadastrados e validados 323 **convênios**, com valores totais conveniados da ordem de **R\$ 4,8 bilhões** e com saldos totais a desembolsar pelos Concedentes de **R\$ 3,1 bilhões**. Considerando que 178 convênios estavam vencidos ao final do trimestre, o saldo disponível dos Órgãos Concedente dos 145 convênios vigentes é de R\$ 3,3 bilhões.

Tabela 10 – Posição dos Convênios de Receita do Governo do Estado do Ceará

Status dos Convênios	Quantidade	Valor Concedente / Convênio	Saldo em Conta Corrente (31/12/2008)	
			Saldo Concedente / Convênio	
VENCIDOS em 31/12/2008	178	1.462.982	643.875	32.320
A VENCER	145	3.330.640	3.169.452	203.317
TOTAL	323	4.793.622	3.813.327	235.637

Em R\$ mil

Gráfico 9 – Recursos Oriundos dos Convênios de Receita – por Concedente (%)



A Tabela 11 relaciona os 35 órgãos concedentes responsáveis pelas transferências voluntárias ao Estado do Ceará. O Gráfico 9 ilustra a participação relativa dos principais Concedentes em relação ao valor total conveniado, com destaque para a CBTU, cujos convênios têm como objeto a construção do Metrofor.

A Tabela 12 agrupa os mesmos R\$ 3,3 bilhões conveniados, apresentados sob a ordem dos trinta e dois órgãos estaduais convenientes. O Metrofor e a Secretaria das Cidades, com recursos provenientes de treze convênios, figuram como as principais beneficiárias dos recursos disponíveis, com, respectivamente, 46% e 24% dos valores totais.

Tabela 11 – Convênios de Receitas Vigentes: Concedentes

R\$ mil

Concedente		Valor Concedente	Saldo Concedente	Recursos Liberados	Percentual liberado (%)
1	COMPANHIA BRAS DE TRENS URBANOS CBTU	1.546.009	1.546.009	0	0,00%
2	MINIST DAS CIDADES	804.455	790.003	14.452	1,80%
3	MINIST DA INTEGRACAO NACIONAL	236.921	236.371	550	0,23%
4	MINIST DA EDUCACAO E CULTURA MEC	161.357	95.472	65.885	40,83%
5	FUNDO NACIONAL DE DESENV DA EDUCACAO	148.372	147.902	470	0,32%
6	FUNDA CAO NACIONAL DE SAUDE	129.663	78.490	51.173	39,47%
7	MINIST DO TRABALHO E EMPREGO	34.968	33.679	1.289	3,69%
8	MINIST DO TURISMO MTUR	34.832	34.831	1	0,00%
9	MINIST DO DESENV SOCIAL E COMB A FOME	31.755	31.751	5	0,01%
10	UNIDADE DE COORDENACAO DE PROG S E PNA GE	24.273	24.189	84	0,35%
11	MINIST DA JUSTICA	21.896	21.896	0	0,00%
12	MINIST EXTRAORD DE SEG ALIMENT COMB FOME	19.077	19.077	0	0,00%
13	MINIST DO ESPORTE ME	17.837	17.480	357	2,00%
14	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS FINEP	16.890	13.292	3.598	21,30%
15	MINISTERIO DA SAUDE	16.709	14.035	2.674	16,00%
16	MINIST DA CULTURA	12.700	12.694	6	0,04%
17	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA	10.800	10.711	89	0,82%
18	FUNDA CAO CAPES	10.661	5.258	5.403	50,68%
19	CNPQ CONS NAC DE DESENV CIENT E TECNOL	10.639	7.065	3.574	33,59%
20	PREF MUNIC DE FORTALEZA	10.213	3.613	6.600	64,62%
21	DEPTO NAC DE OBRAS CONTRA AS SECAS DNOCS	9.881	9.405	476	4,81%
22	INSTITUTO DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	6.035	4.916	1.119	18,54%
23	INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARA	5.018	3.345	1.674	33,35%
24	MINISTERIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	2.030	1.846	184	9,05%
25	SECRETARIA ESP DOS DIR HUM DA PRE DA REP	1.863	1.740	124	6,64%
26	MINIST DA SAUDE FUNDO NAC DE SAUDE	1.585	1.294	291	18,36%
27	MINIST DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.494	1.171	323	21,64%
28	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	792	346	446	56,34%
29	FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	600	370	230	38,39%
30	INEP INST NACIONAL ESTUDOS PESQ EDUCACIO	348	348	0	0,00%
31	SEBRAE CE SERV AP MIC PEQ EMP EST CEARA	234	230	4	1,55%
32	EMPRESA BRAS DE CORREIOS E TELEGRAFOS	210	138	72	34,39%
33	SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO - SDE	203	203	0	0,00%
34	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	169	169	0	0,00%
35	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	150	115	35	23,32%
TOTAL		3.330.640	3.169.452	161.188	4,84%

Fonte: SIAP/SACC. Elaborado pela COTEF.

Tabela 12 – Convênios de Receitas Vigentes: Convenientes

R\$ mil

	CONVENENTE	Nº de Convênios	Valor do Concedente	Valor do Convenente	Valor Total (Concedente + Convenente)
1	COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS	2	1.546.009	425.468	1.971.477
2	SECRETARIA DAS CIDADES	11	681.737	269.325	951.062
3	SECRETARIA DA EDUCACAO BASICA	11	299.880	1.371	301.251
4	SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	6	235.785	26.668	262.453
5	SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA	6	139.011	15.827	154.838
6	GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	10	127.374	126.566	253.940
7	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	8	54.145	11.416	65.561
8	FUNDACAO CEARENSE DE APOIO AO DESENV CIENTIF TECNOLOG	13	44.206	9.934	54.140
9	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	1	34.968	4.077	39.045
10	SECRETARIA ESTADUAL DO TURISMO	12	34.832	5.093	39.925
11	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO	1	24.273	14.287	38.560
12	SECRETARIA DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	7	19.617	1.962	21.579
13	SECRETARIA DO ESPORTE DO CEARA	1	16.722	1.880	18.601
14	SECRETARIA DA CULTURA	3	12.903	6.272	19.175
15	AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS	1	10.800	0	10.800
16	FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA	8	10.433	10	10.443
17	GABINETE DO GOVERNADOR	2	9.849	2.523	12.371
18	SECRETARIA ESTADUAL DA SAUDE	5	6.837	826	7.663
19	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO DO CEARA	2	6.398	1.600	7.998
20	SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA	6	3.872	2.340	6.212
21	FUNDACAO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HIDRICOS	5	2.190	0	2.190
22	SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA	2	2.001	0	2.001
23	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	1	1.608	151	1.759
24	FUNDACAO NUCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	5	1.574	106	1.681
25	DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO	3	1.550	17	1.567
26	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	1	600	67	667
27	FUNDO ESTADUAL DA SAUDE	2	502	46	547
28	SUPERINTENDENCIA DE OBRAS HIDRAULICAS	1	450	0	450
29	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	4	233	0	233
30	UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	1	140	188	328
31	UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	3	96	0	96
32	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1	43	4	48
	TOTAL	145	3.330.640	928.023	4.258.663

Fonte: SIAP/SACC. Elaborado pela COTEF.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA

3.1 *Global Environment Facility - GEF (Projeto Mata Branca)*



**Projeto Mata Branca
Ceará**

**GEF: US\$5,0 milhões
Contrapartida: US\$ 6,1 milhões**

**Início: 02/08/07
Término: 30/05/12**

O Governo do Estado do Ceará, o Governo do Estado da Bahia e a Fundação Luis Eduardo Magalhães – FLEM firmaram, em 2/8/07, Acordo Tripartite para a execução do Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga (Projeto Mata Branca) que conta com a doação de US\$ 10 milhões do Global Environment Facility (GEF), fundo mundial para o meio ambiente gerido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Referido projeto objetiva contribuir para a preservação, conservação e sustentação do bioma caatinga, que no Ceará abrange uma área de 92%. Dos recursos da cooperação, 50% são destinados ao Estado do Ceará, que executará suas ações por intermédio do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, e os demais 50% para o Estado da Bahia. As contrapartidas são de US\$ 6,1 milhões de cada Estado e seus parceiros federais e municipais.

No Ceará, 68 municípios serão contemplados com ações do projeto, que pretende fortalecer as regiões da caatinga, reabilitar áreas críticas, trabalhar a gestão de água e solo de forma destacada, além de conservar o uso sustentável da biodiversidade.

O Projeto Mata Branca iniciou suas atividades em 2008, na região dos Inhamuns em ação conjunta com Pacto Ambiental. Na programação, foi apresentado o Plano Operativo Anual – POA, do Mata Branca e, selecionadas duas áreas de intervenção: na nascente do Rio Jaguaribe, micro bacia denominada de

Carrapateiras, e na nascente do Rio Poty, a micro bacia denominada Jatobá.

Estão sendo realizadas as análises das propostas dos subprojetos com referência as tipologias descritas no Plano Operativo Anual e nas áreas de intervenção do Projeto Mata Branca - GEF, pertencentes ao Componente 2: Promoção de Práticas de Gestão Integrada do Ecossistema.

3.2. Japan Policy and Human Resources Development Fund - PHRD

(Programa Cidades do Ceará_Cariri Central)

PHRD/BIRD

PHRD/BIRD: US\$850 milhões
Contrapartida: Não tem

Início: 08/10/07
Término: 31/05/09

A Secretaria das Cidades executa o Acordo de Doação TF090852-BR, celebrado entre o Estado do Ceará e o BIRD, no valor de US\$ 850 mil, provenientes do *Japan Policy and Human Resources Development Fund* (PHRD). Essa cooperação financeira não-reembolsável se destina a custear os investimentos necessários à preparação do Programa Cidades do Ceara_Cariri Central, tais como Estudos de Trânsito e Transportes, Estudo de Salvaguardas Ambientais, Projetos Executivos de diversas intervenções do Programa, Consultorias, além de aquisição de equipamentos de informática e mobiliário para a Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP. O prazo de execução desta cooperação se encerrará em 31 de maio de 2009.

3.3. Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica Portuguesa e Fondo General de Cooperación de España

(Programa de Desenvolvimento Urbano do Pólos Regionais – Cidades do Ceará II)

Fundos BID

Fundos/BID: US\$426,5 mil
Contrapartida: Não financeira

Início: A iniciar

Celebrados em outubro dois acordos de cooperação financeira não reembolsáveis no valor total de US\$ 426.500 a ser oferecida pelo Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica Portuguesa (US\$ 138.500) e pelo Fondo General de Cooperación de España (US\$ 288.000), todos administrados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Esses acordos têm prazo de execução de cinco meses, e visam apoiar a preparação do Programa Cidades do Ceará II, no desenvolvimento de uma Avaliação Ambiental Estratégica e na preparação de planos, projetos e ações que objetivam dinamizar a atuação do setor privado em regiões do interior do Estado.

3.4. Japan Special Fund - JSF

(PROARES II)

JSF/BID

JSF/BID: US\$560 mil
Contrapartida: US\$ 140 mil

Início: A iniciar

Celebrado em dezembro acordo de cooperação financeira não reembolsável no valor de US\$ 560.000 a ser oferecida pelo *Japan Special Fund* (JSF), fundo administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Referida doação financeira tem como finalidade preparar e apoiar a execução do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES II, que é uma ação do Governo do Estado para a execução e fortalecimento da estratégia de desenvolvimento social, por meio de um programa de investimentos sociais voltados para crianças e jovens pertencentes ao segmento mais pobre da população.

Os recursos dessa cooperação financeira destinam-se a atender dois componentes: (i) Capacidade de desenvolvimento de um serviço social efetivo para a recuperação de crianças e jovens em situação de risco; e (ii) Projeto e execução de monitoramento e Sistemas de avaliação.

3.5. Infrastructure Fund – Infrafund

(Projeto de Melhoria da Gestão de Infraestrutura)

INFRAFUND/BID

**Infrafund/BID: US\$400 mil
Contrapartida: US\$ 80 mil**

Início: A iniciar

O Estado está negociando com o BID um Acordo de Cooperação Financeira Não-Reembolsável, no valor de US\$ 400.000, proveniente do Fundo para a Preparação de Projetos de Infra-estrutura – InfraFund. Esse apoio financeiro se destina a apoiar a Preparação do Programa Piloto de Manutenção Rodoviária.

O objetivo principal da Cooperação Técnica será a contratação de serviço de consultoria para o desenvolvimento dos estudos, procedimentos e instrumentos de um sistema de conservação por resultado ou níveis de serviço, que o Departamento de Edificações e Rodovias - DER pretende aplicar, de maneira experimental, numa extensão de 500 a 600 Km dos principais corredores da malha rodoviária estadual, por um período de cinco anos.

3.6. Japan International Cooperation Agency - JICA

(Programa de Parcerias Público-Privadas)

Concedida pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional-JICA cooperação técnica por intermédio de participação de servidor da SEPLAG no curso Private Sector Initiative in Public Services, composto por três etapas, sendo uma de estudo presencial em Tóquio/Japão, no período de 2 a 26/fevereiro/2009. As demais fases se referem a elaboração de estudos e relatórios acerca do Programa de PPP no Estado e desenvolvimento de propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carteira ativa de operações de crédito do Estado do Ceará contempla **treze projetos** cujos financiamentos se encontram em fase de desembolso, sendo doze de responsabilidade do Estado e uma contratada diretamente pela CAGECE junto ao BID, com garantia do tesouro estadual. O valor total contratado equivale a **R\$ 1,25 bilhão** e o saldo a desembolsar até 2012 é de **R\$ 506,1 milhões**. Os desembolsos realizados ao longo do 4º trimestre/2008 corresponderam a 49% (R\$81,2 milhões) de todos os recursos recebidos no ano. Em 2008 foram desembolsados R\$ 165,5 milhões para treze projetos.

A execução da despesa das operações em execução pela administração direta, representada pelos empenhos realizados, atingiu **40,3%** da previsão orçamentária, considerando-se os limites estabelecidos na LOA somados aos créditos adicionais aprovados até 31/12/08. A execução total das fontes de operações de crédito, que compreendem também as operações em negociação e os contratos da administração indireta, chegou a 27,7%. A aplicação em investimentos, de todas as fontes de recursos, alcançou 32,9% do esperado para o exercício.

O Estado do Ceará está em fase de preparação de **18 operações de crédito**, em conformidade com o que foi negociado com a STN na revisão do PAF. Esses financiamentos totalizam R\$ 3,1 bilhões, sendo 60% provenientes de instituições financeiras internacionais (BID e BIRD) e 40% de bancos brasileiros (BNDES e CEF). Dessas, quatro operações externas já cumpriram a fase de negociação com os agentes financeiros internacionais (Profisco, Swap II, Cidades I e Progerih II); uma operação interna, o TMUT com o BNDES, já foi autorizada e deverá ter o contrato assinado no mês de janeiro.

Com relação aos convênios de receita, estão cadastrados e validados no SACC **323 convênios**, com valores totais conveniados da ordem de R\$ 4,8 bilhões. No entanto, considerando que 178 convênios venceram no final do ano, o saldo a desembolsar dos **145 convênios vigentes é de R\$ 3,17 bilhões**. Apesar deste montante expressivo, o na previsão orçamentária de 2008, constavam somente R\$1,04 bilhões no grupo investimentos de transferências voluntárias, dos quais foram empenhados R\$156,5 milhões, que representa 15% de execução financeira.

A execução financeira das operações de crédito representou 24,9% (Tabela 5.1) da previsão orçamentária do ano de 2008. Isto demonstra que o orçamento foi superestimado e/ou a capacidade de execução foi aquém do planejado. Mesmo considerando o limite financeiro autorizado pelo governador no Webmapp, que é inferior ao limite orçamentário, mesmo assim a execução financeira das operações crédito foi de 67,9% (Tabela 5).

A Cooperação Técnica com o Estado do Ceará conta com dois acordos em execução: Projeto Mata Branca, de US\$ 10 milhões, com recursos do GEF; o Projeto de Preparação do Programa Cidades I, de US\$ 850 mil, com apoio do PHRD.

Outros três acordos, num total de US\$1,38 milhões estão em elaboração, com os seguintes objetivos: (i) Apoiar a Preparação do Programa Cidades do Ceará II, provenientes do Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica Portuguesa do Fundo Geral de Cooperação da Espanha, ambos administrados pelo BID; (ii) Apoiar a Preparação e Implementação do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES II, com o patrocínio do JSF/BIRD; (iii) Apoiar a Preparação do Programa Piloto de Manutenção Rodoviária, oriundos do Fundo para a Preparação de Projetos de Infra-estrutura – InfraFund/BID.

ANEXOS

Anexo 1. Descrição das Operações de Crédito Ativas

Os dados de execução física de cada projeto, constantes deste Anexo, foram informados pelas secretarias executoras, mediante consulta específica, ou extraídos do WebMapp.

I. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Pró-Moradia:

Os financiamentos ao amparo do Programa Pró-Moradia contemplam oito contratos em fase de execução para projetos de urbanização de áreas e construção de conjuntos habitacionais na Região Metropolitana de Fortaleza, com interferências na margem direita do Rio Maranguapinho, tendo sido concluído o Conjunto Araturi (95 casas), no Conjunto Ceará, e a urbanização do Alto do Bode, concluído o Conjunto Oscar Araripe (110 casas) e executada 60% das obras de urbanização do Canal do Conjunto Ceará, e entregues 519 casas do projeto Costa Oeste. O projeto Farol Novo, promoveu: i) Reassentamento Gengibre: Aquisição do terreno, 88% da construção das 658 casas, terraplenagem concluída, drenagem 95% e calçadas 40%; ii) Urbanização da Lagoa do Gengibre: Terraplenagem 70%, Drenagem 80% e Pavimentação 70%; iii) Indenizações da Lagoa do Coração/Aristides Barcelos - 98 casas.

Pró-Saneamento:

Os financiamentos ao amparo do Programa Pró-Saneamento contemplam atualmente nove contratos para execução de obras de esgotamento sanitário e de abastecimento d'água em diversos municípios do interior do Estado, bem como na Região Metropolitana de Fortaleza-RMF, de responsabilidade da Secretaria das Cidades.

Dentre as ações já executadas, destacam-se a execução de 12.698m de rede coletora e de 692 ligações domiciliares em Jericoacoara, o desassoreamento do interceptor oceânico de Fortaleza, a instalação de aproximadamente 10.000m de sub-adutoras na RMF, a construção de laboratórios e unidades de filtração no interior do Estado, estando em fase avançada de execução a implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Granja, com previsão de conclusão até dezembro/2008. Todos os contratos deverão ter suas ações concluídas até dezembro/2009.

II. BNDES

Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola do Estado do Ceará:

Esse projeto prevê a implantação de atividades produtivas visando a sustentabilidade das 1.800 famílias atingidas pela barragem do açude Castanhão nos setores de fruticultura, pecuária, piscicultura e dotando o município de Jaguaribara de infra-estrutura que possibilite a implantação de agroindústria. Até o presente estágio de execução, destaca-se a elaboração de projetos executivos, montagem e instalação de equipamentos *on-farm* e *off-farm*, montagem

de equipamentos de irrigação, construção de galpão de insumos, depósito de defensivos agrícolas, *packing house*, conclusão de estradas de acesso, dentre outras ações.

Infra-estrutura Pública Aquiraz:

Implantação da infra-estrutura pública (acesso viário, energia elétrica e saneamento) para possibilitar a atração de investimento privado na construção de um Complexo Turístico-Hoteleiro-Imobiliário, denominado Aquiraz Golf & Beach Villas, de acordo com o Contrato de Retificação e Ratificação do Protocolo de Intenções assinado em 24 de janeiro de 2003, datado de 18/4/2006, entre o Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura Municipal de Aquiraz e o Grupo Empresarial que implantará o empreendimento. No momento, encontra-se em obras a duplicação da rodovia CE-040 (execução de 98% da obra, construídos 7,24Km de estrada). Foram iniciados processos licitatórios para diversas ações, como aquisição de subestações e construção de 1(uma) linha de transmissão.

Obras Complementares do Eixão (Progerirh-Contrapartida):

Fonte adicional da contrapartida do Estado para o financiamento do Banco Mundial para construção dos Trechos 2 e 3 do Eixo de Integração Castanhão – Região Metropolitana de Fortaleza (Canal da Integração). O BIRD aprovou a prorrogação da execução do Contrato até o dia 30/maio/2009.

METROFOR - Trem Metropolitano de Fortaleza:

Corresponderá à contrapartida estadual para os convênios firmados com a União em 2005 e em 2007, integrando o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, destinado à conclusão da Linha Sul do metrô de Fortaleza, com extensão de 24,1Km, entre a Estação Vila das Flores e a Estação João Felipe, contando com treze estações. Os recursos serão aplicados na execução de obras civis, que compreendem a construção de estações, de vias permanentes, de viadutos rodoviários e ferroviário/pontes, de passarelas, de túneis, dentre outras intervenções. Com o efetivo cumprimento desta meta, será possível ofertar à população da Região Metropolitana de Fortaleza um serviço de transporte rápido, seguro e confortável, por meio de um sistema integrado com capacidade de oferta de 350.000 passageiros/dia, sendo estimado seu incremento para 605.000 passageiros/dia quando da implantação do sistema metroviário da Linha Oeste em 2014.

Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais – PMAE

Objetiva reestruturar os Postos Fiscais para automatizar as operações fiscais, com resultados práticos no combate à sonegação e aumento da arrecadação, assim como atualizar o parque tecnológico de toda a SEFAZ, oferecendo serviços de maior qualidade e agilidade aos contribuintes. Em 31/10/2008 foi celebrado com o BNDES o contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 08.2.0512.1, no valor de R\$ 17,7 milhões.

III. BNB

PRODETUR II - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (BNB/BID):

Contempla construção ou reestruturação de estradas, ações de saneamento básico, construção de equipamentos turísticos, recuperação e o controle ambiental das praias, mananciais e lagoas, bem como a urbanização do entorno e a criação das Unidades de Conservação e Educação Ambiental. Desde a assinatura dos contratos, no segundo semestre de 2005, foram concluídos os planos diretores dos municípios de Amontada, Itarema e Granja; elaborado o projeto executivo do aterro sanitário de Paracuru; realizadas obras de urbanização das praias do Pecém e da Taíba, adquiridos sete veículos e construídos trechos da rodovia estruturante CE-085 (Granja-Viçosa), com previsão de conclusão em dezembro/2008. A obra ainda está em execução.

IV. BID

SANEAR II - Programa de Infra-estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará :

Destina-se à ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em diversos pólos econômicos e turísticos do Estado do Ceará; ampliação da cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza. Por meio desse projeto, foram implantadas mais de 14,5 mil ligações de esgoto e aproximadamente 500 ligações de água e instalados 292 mil hidrômetros. Suas obras de implantação já atingiram uma extensão de 107.913 metros de rede de esgotamento sanitário, levando o serviço de saneamento básico a cerca de 76 mil pessoas. São quatorze os bairros na cidade de Fortaleza beneficiados com o Programa, entre eles: Quintino Cunha; Antônio Bezerra; Presidente Kennedy; Álvaro Weyne; Amadeu Furtado; Carlito Pamplona; Monte Castelo; Vila Ellery; Parque Araxá; Parquelândia; Barra do Ceará; Floresta; Jardim Guanabara e Jardim Iracema.

V. BIRD

Projeto São José II - Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará (PCPR):

Financiamento de subprojetos comunitários em 177 municípios, com meta prevista para beneficiar cerca de 68.000 famílias, tendo como principais componentes o abastecimento d'água, a eletrificação rural e a mecanização agrícola.

Os 754 subprojetos já conveniados desde junho/2006 atendem a cerca de 50.000 famílias, beneficiando mais de 230.000 pessoas. Nos 40 municípios com IDS até 0,3665, contabilizam-se 198 projetos, sendo mais da metade em abastecimento d'água, com benefício para cerca de 7.700 famílias. Nos 50 municípios com IDS entre 0,3666 e 0,4145 (área 2), 143 dos 243 projetos também se destinam ao abastecimento d'água. Já nos 87 municípios com IDS acima de 0,4145 (área 3) se registra o maior número de projetos produtivos (28) e um projeto social com impacto em 100 famílias.

O Projeto tem prazo de conclusão até 30/6/2009 e o Estado já desenvolve estudos para a uma nova etapa do Programa, denominada Projeto São José III, cuja Carta-consulta foi submetida a apresentação do GTEC da COFIEIX em dezembro de 2008.

PROGERIRH – Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos:

Melhoria do suprimento d'água e aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, mediante recuperação da infra-estrutura hidráulica, construção de açudes e construção de eixos de integração do Açude Castanhão. Foram construídos seis açudes: Aracoiaba, Mal Cozinhado, Catu, Carmina, Faé e o Açude Pesqueiro.

Quanto aos eixos de integração, o Trecho 1, que liga o Açude Castanhão ao município de Morada Nova, numa extensão de 54,7Km, foi concluído em 2004. Encontram-se em fase final de obras os Trechos 2 e 3, ligando, respectivamente, Morada Nova a Serra do Félix (45,9Km) e Serra do Félix a Pacajús (66,3Km). Em 24/dezembro/2008, o BIRD comunicou a prorrogação da execução do Contrato até o dia 15/fevereiro/2009.

VI. KFW

Programa de Saneamento Básico do Ceará II – Saneamento Rural:

Implantação, ampliação e melhoramento dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na zona rural, garantindo sua sustentabilidade por meio do sistema integrado de saneamento rural (SISAR). Esta operação, contratada em dezembro/2005, tem suas ações executadas pela CAGECE. Beneficiará 35.000 famílias com abastecimento d'água e 12.500 famílias com soluções adequadas de saneamento básico nas Bacias do Banabuiu e do Baixo Jaguaribe e ainda contará com intervenções na Bacia do Acaraú e Coreau, com impacto para 8.500 famílias.

Até dezembro de 2008 havia sido implantado 80 sistemas de abastecimento de água e 15 de esgotamento sanitário, beneficiando 35.000 e 16.500 famílias, respectivamente.

VII. MLW Intermed

Modernização Laboratorial para Fortalecimento da Pesquisa e Inovação Tecnológica, Prestação de Serviços, Certificação e Metrologia no Estado do Ceará:

Ampliação da infra-estrutura de equipamentos de ensino e pesquisa científica e tecnológica das Universidades Estaduais, dos Institutos de Pesquisa, dos cursos de medicina das Faculdades de Sobral e Barbalha, dos cursos de doutorado na área de tecnologia, da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, bem como da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME e do Corpo de Bombeiros.

Trata-se de um contrato de compra financiada de equipamentos, firmado em junho/2006, tendo sido emitida a 1º Ordem de Compra no segundo semestre daquele ano, para aquisição de diversos materiais para instalação na UECE, UVA e UFC (este último em regime de comodato). Essa Ordem de Compra contemplou quatro embarques de mercadorias, que foram integralmente recebidas até maio/08. A 2ª Ordem de Compra, no valor de US\$ 4,1 milhões, foi realizada em junho/08, para equipar o Planetário do Centro Cultural Dragão do Mar, o Planetário de Sobral e laboratórios da UFC e da UVA.

Anexo 2. Gestores do Estado responsáveis pelos Projetos Financiados

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	SERVIDOR RESPONSÁVEL	TELEFONE	E-MAIL
CIDADES	PRÓ-MORADIA	LUIZA DE MARILLAC XIMENES CABRAL	3101-4479	marillaccabral@idades.ce.gov.br
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	NIZOMAR FALCÃO BEZERRA	3101-8151 3101-8047	nizoman@sda.ce.gov.br
SEINFRA	TERMINAL DE CARGA GERAL DO PECÉM	GERARDO SANTOS FILHO	3101-3691	gerardosantos@seinfra.ce.gov.br
SETUR	PRODETUR II	OLGA VALÉRIA BARBOSA TEIXEIRA	3101-4674	olga@setur.ce.gov.br
	INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ			
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO	MÔNICA HOLANDA	3101-4012	monicah@srh.ce.gov.br
	PROGERIRH II			
CIDADES/CAGECE	PRÓ-SANEAMENTO	LIANA PEIXOTO BRANDÃO	3101-1784	liana@cagece.com.br
CIDADES/CAGECE	SANEAMENTO RURAL	MARIA ESTER CARVALHO SALES	3101-7812	ester@cagece.com.br
CAGECE	SANEAR II	ALYSSON CESAR AZEVEDO DA SILVA	3101-1905 3101-1999	alysson@cagece.com.br
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	JOSIAS FARIAS NETO	3101-8172	jfarias@sda.ce.gov.br
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	RICARDO DA COSTA E SILVA	3101-6429	ricardo@sct.ce.gov.br
SEDUC	PQEB	IRIS ALENCAR	3101-3913 3101-3961	iris@educ.ce.gov.br

SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará –
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CEF – Caixa Econômica Federal
COELCE - Companhia Energética do Ceará
COFIEIX – Comissão de Financiamentos Externos
CONPAM - Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
COTEF – Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira
CSP – Companhia Siderúrgica do Pecém
DER – Departamento de Edificações e Rodovias
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FLEM – Fundação Luiz Eduardo Magalhães
FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GEF - Global Environment Facility
GNC – Gás Natural
IDS – Índice de Desenvolvimento Social
IF - Instituição financeira
IFC – International Finance Corporation
JICA – Japan International Cooperation Agency
JSF - Japan Special Fund
KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau;
LOA – Lei Orçamentária Anual
METROFOR – Trem Metropolitano de Fortaleza
MLW Intermed Handels - und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits- und Bildungswesens mbH (MLW Intermed GmbH);
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAF - Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal
PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PHRD - Japan Policy and Human Resources Development Fund
PMAE - Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais
PNAGE – Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PROARES – Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará.
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
PROGERIRH – Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SACC – Sistema de acompanhamento de contratos e convênios
SDA- Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SECON - Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral
SEDUC – Secretaria da Educação
SEFAZ – Secretaria da Fazenda
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SESA - Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
SIAP – Sistema de Acompanhamento de Programas
SICONV – Portal dos Convênios do Governo Federal
SISAR – Sistema Integrado de Saneamento Rural
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SWAP – Sector Wide Approach Project
TCU – Tribunal de Contas da União
TGAN – Terminal de Gás Natural
TMUT – Terminal de Múltiplo Uso
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará
UGP - Unidade de Gerenciamento do Programa
UTE MPX – Usina termoeletrica da MPX
UTE Vale - Usina termoeletrica da Companhia Vale
UVA – Universidade Vale do Acaraú
WebMapp – Sistema de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários